ÁREA TEMÁTICA: Ensino-Aprendizagem, Pesquisa e Formação Didático-Pedagógica de Professores em Administração

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ADMINISTRAÇÃO: UMA REVISÃO DA LITERATURA SOBRE AS PRECARIEDADES VIVENCIADAS POR ESTUDANTES

Resumo

O estágio supervisionado é um componente curricular previsto na formação dos estudantes de Administração, possibilitando a articulação entre teoria e prática. Este trabalho teve como objetivo identificar, por meio de revisão sistemática da literatura, as precariedades vivenciadas por estudantes de administração durante a realização de estágios em organizações do trabalho. A pesquisa foi conduzida em bases nacionais CAPES, SciELO e SPELL, utilizando palavras-chave relacionadas ao estágio curricular, Administração, precarização do trabalho e formação discente. Após critérios de inclusão e exclusão, 12 artigos foram analisados, resultando em seis categorias: integração da prática com a teoria, desvio de função, supervisão acadêmica, supervisão técnica, condições de trabalho e gestão acadêmica dos processos de estágio nas IES. Os resultados apontam para diferentes situações de precarização observadas nos estudos examinados e indicam a necessidade de revisão das práticas institucionais e organizacionais relacionadas ao estágio, nas seguintes dimensões: integração da prática com a teoria, desvio de função, supervisão acadêmica, supervisão técnica, condições de trabalho e gestão acadêmica dos processos de estágio.

Palavras-chave: estágio supervisionado; curso de administração; formação profissional.

Abstract

Supervised internship is a curricular component of undergraduate Business Administration programs, enabling the integration of theoretical knowledge and professional practice. This study aimed to identify, through a systematic literature review, the forms of precariousness experienced by Business Administration students during supervised internships in work organizations. The review was conducted using the Brazilian databases CAPES, SciELO, and SPELL, employing keywords related to supervised internships, Business Administration, labor precariousness, and student education. After applying the inclusion and exclusion criteria, 12 articles were selected for analysis, resulting in six analytical categories: integration of theory and practice, role mismatch, academic supervision, workplace supervision, working conditions, and the academic management of internship processes in higher education institutions. The findings reveal different forms of precariousness reported across the analyzed studies and indicate the need to review institutional and organizational practices related to supervised internships in the following dimensions: integration of theory and practice, role mismatch, academic supervision, workplace supervision, working conditions, and the academic management of internship processes.

Keywords: supervised internship; Business Administration program; professional education.

1. Introdução

A universidade é responsável pela formação e preparação do futuro profissional em Administração. É nesse ambiente que o educando tem acesso a informações sobre o mercado de trabalho, tendências profissionais, orientações para o planejamento de carreira e, assim, constrói, a partir do currículo, trajetórias fundamentais para a consolidação de sua vida profissional (Da Silva; Coelho; Teixeira, 2013).

A partir disso, a busca por experiências que agreguem valor à formação profissional faz com que a universidade seja um recurso muito procurado pelas pessoas que visam adquirir um diferencial em meio a competitividade do mercado (Guimarães; Almeida, 2013). Ou seja, são as instituições de ensino superior (IES) que proporcionam aos indivíduos oportunidade de qualificação e preparo para o mercado de trabalho (Voese, 2007).

A Resolução Nº 5, de 14 de outubro de 2021, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, dispõe que curso o superior em Administração deve assegurar aos estudantes, ao longo do processo formativo, não apenas a aquisição de conhecimentos, mas também o desenvolvimento de um conjunto mínimo de competências gerais. A normativa define em seu artigo 2° que competências é o saber fazer e na sequência em seu artigo 3° apresenta um rol exemplificativo das competências gerais esperadas para formação desse egresso, dentre elas: integrar conhecimentos fundamentais ao administrador e abordar problemas e oportunidades de forma sistêmica. Ainda complementa em seu §2° que:

> As competências descritas no caput, assim como as competências específicas, devem ser compreendidas como tendo seu desenvolvimento ao longo do curso, não pela simples exposição a uma disciplina ou componente curricular, requerendo que o estudante pratique a capacidade em ambientes similares ao da futura realidade de atuação e receba feedback construtivo em relação ao seu desempenho. (CNE/CES, 2021, p. 2).

Nesse contexto, partindo-se do pressuposto de que os aprendizados teórico e prático são complementares entre si, Wittmand e Trevisan (2002) consideram indispensável a intervenção do estágio acadêmico em um curso de natureza aplicada, como no caso da Administração, em que o discente atua e interage com os espaços organizacionais. Os autores ressaltam, entretanto, que para que esse tipo de atividade alcance suas finalidades em sinergia com processo educativo à aprendizagem teórica, ela precisa ser bem planejada, executada, acompanhada e qualificada com base em indicadores previamente delineados. Além disso, destacam que o estágio deve estar amparado pelas diretrizes pedagógicas do curso e pelas condições dispostas pela legislação sobre o tema.

Acerca da discussão jurídica, Colombo e Ballão (2014) apontam que o histórico da legislação brasileira ao delinear o estágio foi pautado a partir das predileções das empresas, o que contribuiu para o enfraquecimento de seu caráter educativo e abriu espaço para a precarização dessa prática formativa. Nesse contexto, a lei de estágio em vigência, qual seja a Lei 11.788/08 de 25 de setembro de 2008, propõe superar esta circunstância, tendo em vista que a necessidade pedagógica das instituições de ensino superior (IES) ao inserir o estágio como componente curricular sobressaia aos interesses corporativos.

Valeriano (2009, p. 3) argumenta que o caráter evasivo da legislação contribui para a precariedade do trabalho do estagiário, pois este acaba assumindo todos os deveres de um profissional contratado, sem, no entanto, usufruir dos mesmos direitos, visto que, apesar do amparo legal, os registros de precariedades vividos pelos estudantes ainda são recorrentes (Sena, Cavalcanti, Oliveira, 2015; Costa, Monte, 2023). Essas vivências, quando consideradas no contexto da formação profissional, configuram-se como fatores que podem impactar negativamente a experiência de estágio dos graduandos em Administração, comprometendo a finalidade didático pedagógica voltada tanto à preparação para o mercado de trabalho quanto à construção da cidadania.

Nesta perspectiva, neste estudo, teve-se por objetivo identificar, por meio de revisão da literatura (Oliveira, Piccinini, 2012; Souza et al, 2023; Gomes, Teixeira, 2016), as precariedades experimentadas por estudantes de administração durante o estágio em organizações do trabalho as quais serão apresentados a posteriormente na sessão de análise e discussão de dados.

2. Fundamentação Teórica

2.1 Estágio

De acordo com o artigo 1º da Lei 11.788 de 2008, o estágio é considerado um:

> Ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o 3 rofes regular em instituições de educação superior, de educação 3 rofessional, de 3 rofes médio, da educação especial e dos anos finais do 3 rofes fundamental, na modalidade 3rofessional da educação de jovens e adultos (Brasil, 2025, p.1).

A Lei de Estágio ainda prevê em seu artigo 2º que esta atividade pode ser obrigatória ou não-obrigatória. Sendo a primeira modalidade definida pelo projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção do diploma, e a segunda modalidade como uma atividade opcional de modo que seja crescida à carga horária regular e obrigatória.

Consoante ao dispositivo legal, Colombo e Ballão (2014, p. 172) afirmam que o saber obtido no decorrer da trajetória escolar ou acadêmica pode ser avaliado através do desempenho prático de uma tarefa, ainda que esta coloque a necessidade de arranjos, ajustes e revisão na elaboração teórico-intelectual do educando. Assim, os autores colocam em evidência a relação de complementaridade entre o saber e o fazer, destacando o estágio como elemento formativo no processo de aprendizagem no Ensino Superior.

Apesar de a legislação vigente regulamentar a atividade de estágio, ainda é possível encontrar relatos de estudantes que vivenciaram situações marcadas pela precarização. Sobre essa realidade, Vargas (2016) observa que, além da sensação de risco presente em determinadas situações de trabalho, a precariedade também se manifesta por meio da insatisfação, do desprazer ou do sofrimento relacionado à atividade laboral. Ainda nesse sentido o autor discorre que a precariedade do trabalho consiste na realização de atividades com fins econômicos exercida em condições que colocam o sujeito em uma situação de risco, vulnerabilidade ou degradação

(Vargas, 2016, p. 323). Assim, no âmbito do estágio, a vivência de condições precárias tende a comprometer o processo de aprendizagem do estudante, impactando negativamente sua formação.

É através do estágio que o discente terá a oportunidade de exercer o conhecimento adquirido em sala sob supervisão de um profissional da área. É a partir dessa experiência de ensino-aprendizagem e com caráter pedagógico que o estudante poderá desenvolver competências no nível superior, por isso é importante a aplicação destas em organizações do trabalho de maneira que seja possível através do estágio o estudante expressar suas opiniões e ter uma visão crítica dos processos (Araújo, 2017, p. 17).

O estágio é um dos mecanismos que colaboram no processo de formação do profissional de maneira que o capacite para lidar com diferentes situações, uma vez que a função do estágio é reforçar o aprendizado profissional do estudante por meio da experiência prática (Colombo; Ballão, 2014, p. 173).

2.2 Estágio e a formação do profissional em administração

A Resolução nº 5 de 14 de outubro de 2021, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de graduação em Administração, dispõe que o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) deve prever efetiva interação com o mercado de trabalho ou futura atuação dos gressos. Dentre as interações que trata o artigo 11 da normativa, o estágio supervisionado está no rol das opções de atividades práticas supervisionadas obrigatórias. Portanto, seja através do estágio supervisionado ou atividade similar que atenda aos objetivos de formação é esperado que o curso de Administração tenha em seu currículo medidores pedagógicos capazes de avaliar e ampliar o conhecimento prático do cotidiano das organizações.

Segundo as DCNs, o estágio curricular supervisionado é um componente essencial na formação dos futuros administradores, sendo indispensável para que os estudante possam integrar o conhecimento teórico com as práticas do mercado. As diretrizes indicam que o estágio deve ser realizado em situações reais de trabalho, permitindo ao estudante a vivência dos desafios administrativos cotidianos, como gestão de processos, liderança de equipes, análise de desempenho organizacional, entre outros. As diretrizes ainda ressaltam que o estágio curricular deve ser flexível, adaptável às necessidades dos estudantes e às peculiaridades de cada instituição de ensino, tendo em vista a formação de um administrador capacitado para atuar de forma ética e competente no mercado de trabalho.

Nesse sentido, o nível de satisfação e a expectativa do egresso e discente do curso de administração em relação ao estágio supervisionado devem ser considerados. Para isso, fatores como alinhamento entre teoria e prática, qualidade da orientação e relevância das atividades desempenhadas são elementos determinantes para percepção dos estagiários sobre a contribuição do estágio para sua formação profissional (De Souza et al. 2023). Em consonância com essa perspectiva, Vargas (2016, p. 320) afirma que o processo de desvalorização de determinadas ocupações, profissões ou grupos sociais em uma dada hierarquia social ou profissional resulta em níveis inferiores e/ou insatisfatórios de retribuição, seja ela material e/ou simbólica, configurando, assim, a precariedade do trabalho.

Portanto a relação entre a teoria e a prática no curso de Administração pode colaborar com a formação profissional do estudante, visto que o exercício prático das atividades fornece ao sujeito a possibilidade de desenvolver habilidades para desempenhar as funções do administrador de maneira proativa e respaldado numa

postura crítica. O estágio supervisionado, quando aplicado de forma adequada, é capaz de assumir um caráter científico que opera de maneira determinante na formação profissional do educando (Medeiros, 2002, p.62).

3. Metodologia

O presente estudo tem como base metodológica a revisão sistemática da literatura, uma modalidade de pesquisa com protocolos específicos, a qual busca entender e dar alguma logicidade a um grande corpus documental, especialmente verificando o que funciona e o que não funciona num dado contexto (Galvão; Ricate, 2019).

Nessa vertente, a elaboração desse trabalho seguiu três macroetapas: a busca pelos trabalhos, a seleção dos trabalhos e a análise do conteúdo. A primeira etapa consistiu em procurar artigos nacionais sobre a realização de estágio no curso de administração com vistas à possíveis precariedades experienciadas pelos discentes. O acesso às publicações se deu por meio das bases digitais do Portal de Periódico da CAPES, da *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL) e da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Para a busca, foram utilizadas como palavras-chave: “estágio curricular”, “estágio em Administração”, “precarização do trabalho” e “formação discente”. Como critério de inclusão, consideraram-se artigos publicados em entre 2017 e 2020, publicados em periódicos científicos, e que abordassem especificamente a temática do estágio curricular de estudantes de administração no contexto brasileiro. Foram excluídos trabalhos repetidos nas bases, publicações em formato de resenha, artigos teóricos e publicações de anais de eventos. A busca resultou na seleção de 12 artigos, conforme Quadro 1, publicados em periódicos classificados nos estratos Qualis Periódicos A2, A3, A4, B2, B3 e B4, conforme qualificação do quadriênio 2017-2020, da CAPES. Vale ressaltar que em junho de 2024, quando foi feito o acesso às bases digitais, os 12 artigos selecionados já se encontravam publicados.

A etapa final consistiu na leitura e análise dos 12 artigos selecionados. Para isso, foi confeccionada uma matriz de categorização de conteúdo, em Excel, com a finalidade de obter uma melhor sistematização e análise dos dados. Por meio dessa ferramenta pretendeu-se identificar as informações pertinentes ao objeto de pesquisa desse estudo e a partir disso foi estruturada as categorias temáticas por meio da leitura e agrupamento das unidades de texto, tais como frases ou parágrafos que foram retirados dos artigos escolhidos.

O processo de análise resultou em seis categorias temáticas que indicam elementos de precariedades experimentadas por estudantes de administração durante o estágio em organizações do trabalho, quais sejam: integração da prática com a teoria; desvio de função; supervisão acadêmica; supervisão técnica; condições de trabalho e gestão acadêmica dos processos de estágio nas IES.

No capítulo seguinte, a apresentação, análise e discussão dos dados encontram-se estruturados conforme as categorias previamente mencionadas.

Quadro 1 – Relação dos artigos selecionados para a revisão da literatura.

Nº	Título	Autores	Objetivo do estudo
1	Assédio moral no estágio: a perspectiva de graduandos do curso de Administração	Costa e Monte (2023)	Interpretar o assédio moral na perspectiva de universitários de uma universidade federal, pertencentes ao curso de Administração, durante a prática de seus estágios.
2	Estágio supervisionado e aprendizagem: contribuição do estágio do graduando de administração para a formação profissional.	Gomes e Teixeira (2016)	Expor conceitos de aprendizagem organizacional e estágio curricular, com o foco no desenvolvimento profissional do estudante e identificar a importância do estágio para a prática profissional
3	A construção do mercado de estágios em administração na cidade de Porto Alegre.	Oliveira e Piccinini (2012)	Analisar como se organiza o mercado de estágios em Administração na cidade de Porto Alegre tendo em vista as mudanças no mercado de trabalho.
4	Uma análise sobre a inserção profissional de estudantes de administração no Brasil	Oliveira e Piccinini (2012)	Analisar a inserção profissional dos estudantes de Administração a partir da experiência de estágio em Porto Alegre e região metropolitana.
5	Desafios e possibilidades no estágio supervisionado obrigatório: a visão dos estudantes do curso de administração	Lourenço, Lemos e Junior (2012)	Analisar o processo de desenvolvimento de tais estágios, no Curso de Administração de uma IES, na visão dos estudantes que já o completaram.
6	Estágio não obrigatório: um estudo com universitários do curso de administração.	Polzin e Bernardim (2018)	Contribuir para a compreensão do papel do estágio na perspectiva dos estudantes pesquisados.
7	Representações sociais dos estudantes de administração sobre os estágios não-obrigatórios: um estudo na universidade estadual de Maringá.	Gonzaga, Oliveira e Chagas (2015)	Analisar as representações sociais dos estudantes universitários do curso de Administração da Universidade Estadual de Maringá (UEM) quanto às suas experiências em relação ao estágio não-obrigatório.
8	Uma análise sobre a atuação do estagiário na empresa.	Sena, Cavalcanti e Oliveira (2015)	Analisar as principais causas que levam o estagiário a aceitar o desvio de função dentro das empresas onde trabalham.
9	Estágio Supervisionado em administração – diagnóstico e oportunidades em uma IES no Rio de Janeiro	Rodrigues, Corrêa e Maciel (2023)	Entender a percepção dos estudantes quanto ao curso de Administração de uma IES federal no Rio de Janeiro.
10	Estágio Supervisionado e Formação Profissional: Análise das Expectativas e Satisfação dos Egressos e Discentes de Cursos de Administração	Souza et al (2023)	Investigar os fatores que influenciam nas expectativas e satisfação dos egressos e discentes dos cursos de Administração com o estágio supervisionado e a formação profissional no período de pandemia.
11	O estágio e a formação de competências profissionais em estudantes de administração.	Murari e Helal (2010)	Analisar como a prática do estágio se relaciona com a formação de competências profissionais de alunos do curso de Administração, de uma IES privada em Belo Horizonte
12	Empregabilidade, empreendedorismo e estágio supervisionado	Kuazaqui e Volpato (2013)	Analisar a importância do Programa de Estágio Supervisionado oferecido pelas Instituições de Ensino Superior (IES) para a inserção do aluno no mercado de trabalho e, consequentemente, na sociedade ocidental contemporânea.

Fonte: elaboração própria.

4. Análise e Discussão dos Resultados

A apresentação dos dados referente à análise realizada dos artigos selecionados para este trabalho está distribuída em seis categorias nesta seção que contempla os resultados obtidos pela investigação das precariedades experenciadas pelos discentes de administração em sua formação.

4.1 As precariedades no estágio em Administração: resultados da revisão da literatura

A partir da categorização dos dados referentes aos resultados dos doze artigos pesquisados para a construção deste trabalho, foi possível identificar seis categorias, com base nos temas em comum, no que tange à compreensão das limitações e dificuldades vividas pelos estudantes do curso de Administração ao realizarem a prática do estágio nas organizações do trabalho. Tais limitações e dificuldades são consideradas, neste estudo, como precariedades experimentadas pelos estudantes, as quais são analisadas, na sequência.

Integração da prática com a teoria

O estágio supervisionado compreende-se em um espaço de aprendizado bem como de construção da identidade profissional, portanto ele é um campo de conhecimento o qual deve ser atribuído um estatuto indissociável da prática, concebendo-o como *práxis* (Silva; Gaspar, 2018). Dessa maneira, é esperado que o estudante de administração, em contato com o ambiente do trabalho, consiga um resultado satisfatório de consolidação do conhecimento teórico aprendido em sala de aula.

Nesta primeira categoria, os resultados dos estudos indicam que a integração da prática com a teoria foi insuficiente, visto que, a partir dos registros dos relatos dos discentes, identifica-se que houve incompatibilidade entre as atividades realizadas durante o período de estágio e o conhecimento adquirido pelos estudantes de administração no decorrer do curso. Dos trabalhos analisados, três estudos apontam resultados que evidenciam esse tipo de precariedade (Costa; Monte, 2023; Oliveira; Piccinini, 2012; Souza et al, 2023). Constata-se que muitos estagiários exerceram atividades consideradas incompatíveis, tais como venda de serviços de consignação, atendimento de recepção e atendimento telefônico. Além disso, identifica-se que, para muitos estagiários, realizar atividades pouco relacionados com o curso repercutiu de maneira negativa na satisfação e aprendizagem individual, concluindo o estágio sem adquirir experiência e com poucas perspectivas de desenvolvimento (Souza et al, 2023, p. 134).

Como acrescentam Oliveira e Piccinini (2012), mesmo em organizações de grande porte os estágios não oferecem as condições propícias à aprendizagem gerencial pelos estudantes, pois as atividades são, quase sempre, de natureza operacional. Tais atividades são percebidas como de pouco valor pelo discente e, quando isso ocorre em grandes organizações, pode contar negativamente à experiência de estágio, uma vez que as expectativas de carreira naquele tipo de organização são frustradas.

Desvio de função

O desvio de função, no estágio, ocorre quando o estagiário é designado a realizar atividades que não estão previstas no seu plano de estágio ou que não estão relacionadas à sua área de formação. Segundo o Tribunal Superior do Trabalho

(TST, 2019, n.p), "a função exercida pelo estagiário deve estar vinculada ao seu aprendizado, não podendo ser confundida com funções típicas de empregado". Esse desvio pode prejudicar o processo de aprendizagem do estagiário e também resultar em desrespeito às normas da lei do estágio (Brasil, 2008), que visa assegurar que o estágio seja uma atividade essencialmente educativa. O descumprimento dessas diretrizes pode levar à responsabilização da organização, além de comprometer o objetivo do estágio, que é proporcionar ao estudante o desenvolvimento de habilidades específicas de sua área.

Nesse sentido, entre os resultados dos artigos pesquisados, o desvio de função é apontado como uma das principais queixas dos estudantes que realizam estágio. Sena, Cavalcanti e Oliveira (2015) identificaram que 45% dos estudantes afirmaram já terem passado por algum desvio de função na organização, visto que atribuições como limpeza do local de trabalho, carregar caixas e trabalhar como atendente eram ordenados aos estagiários. Quanto às possíveis causas identificadas para os estudantes aceitarem o desvio de função, mesmo tendo conhecimento dos seus diretos como estagiários e sobre a lei vigente, estão: medo de perder o estágio, a necessidade do cumprimento da disciplina, o medo de perde a bolsa, a escassez de oportunidades melhores no mercado e até mesmo descrição genérica no contrato de estágio.

Polzin e Bernardim (2018) acrescentam, à discussão, que as organizações veem os estudantes como força de trabalho alternativa aos empregados, de maneira que a oferta da vaga de estágio é atribuída não necessariamente pela contribuição à sua aprendizagem, mas como um meio de realização de serviços que distanciam das atribuições de um estagiário ou uma estagiária. Seguindo essa linha, Oliveira e Piccinini (2012, p. 46), reiteram tal entendimento, ao apontarem que os estagiários não integram as políticas de recursos humanos das organizações, tendo em vista que “a diversidade de atividades não vinculadas ao curso de formação, o baixo valor agregado ao estudante, as responsabilidades semelhantes às de um funcionário, juntamente com a ausência de uma organização formal dos processos de estágio” corroboram com a prática do desvio de função.

Supervisão acadêmica

Ao identificar-se a categoria supervisão acadêmica durante a análise dos artigos, foram encontradas as subcategorias falta de monitoramento pela supervisão acadêmica e falta de organização do processo de supervisão acadêmica. Estas unidades temáticas despontam como questões relevantes dentro do contexto da supervisão acadêmica, evidenciando aspectos críticos que influenciam diretamente a qualidade do estágio e o desenvolvimento do estagiário, tendo em vista que os relatos dos estudantes documentados por três trabalhos revelam essa precariedade vivenciada ao realizarem o estágio (Costa; Monte, 2023; Lourenço, Lemos, Pécora Junior, 2012; Polzin, Bernardim, 2018).

Nesse sentido, Pimenta (2012) destaca que a supervisão acadêmica durante o estágio constitui um elemento essencial para a formação profissional do estudante, pois permite a articulação entre teoria e prática por meio de um acompanhamento constante, favorecendo o desenvolvimento das competências necessárias à sua atuação futura. Dentro da subcategoria que é passível de identificar a falta de monitoramento pela supervisão acadêmica, Costa e Monte (2023) apresentam dados expressivos: 137 estudantes entrevistados afirmaram não terem sido supervisionados, contra seis que confirmaram a supervisão por um docente, e apenas dois foram solicitados a fazer o relatório de estágio. Nesta mesma

linha, Polzin e Bernardim (2018) mostram que não é comum os estagiários receberem informações sobre a legislação referente ao estágio, ainda que a maior parte deles tenha tido conhecimento do conteúdo do termo de compromisso.

Em relação à subcategoria nomeada como falta de organização do processo de supervisão acadêmica, Lourenço, Lemos e Junior (2012) descrevem falas dos discentes com queixas sobre a demora na devolutiva das correções das atividades, pouco tempo de orientação e não menos importante a dificuldade de encontrar presencialmente o professor orientador na instituição mesmo com horário previamente agendado.

Supervisão técnica

Como um elemento de precariedade nos estágios em Administração, a supervisão técnica também apresenta duas subcategorias, oriundas da análise dos trabalhos. São elas: a supervisão técnica ausente e a pouca importância atribuída à supervisão técnica pela organização. É esperado que a supervisão técnica seja um processo estruturado que visa orientar e acompanhar o estagiário em sua vivência prática, proporcionando a aplicação dos conhecimentos adquiridos no ambiente acadêmico em situações reais de trabalho. Tal como conceitua Libâneo (2001, p. 34):

A supervisão técnica de estágio, no contexto das organizações, deve ser compreendida como um processo de mediação que permite ao estagiário não apenas a aplicação dos conhecimentos teóricos, mas também o aprimoramento de suas habilidades práticas, com o objetivo de desenvolver sua autonomia e responsabilidade profissional.

Dentre os trabalhos analisados, Oliveira e Piccinini (2012), Lourenço, Lemos e Junior (2012) e Murari e Helal (2010) apontam resultados significativos que evidenciam a precariedade vivida pelos estagiários no âmbito das organizações ao se depararem com a supervisão técnica insuficiente ou até mesmo ausente. Dentro da subcategoria supervisão técnica ausente, Oliveira e Piccinini (2012, p. 46) documentam que “a tutoria interna não parece ser uma preocupação das empresas e, normalmente, ocorre de acordo com a disposição do funcionário encarregado ou algum colega disponível para orientar o estagiário”, tornando a experiência prática do estudante de administração um processo estritamente subjetivo ausente de planejamento e definições de objetivos.

Ainda nessa primeira subcategoria, Lourenço, Lemos e Junior (2012), descrevem relatos de estagiários de administração que confirmam a ausência da supervisão técnica nas organizações. Em suas falas, os estudantes criticam tanto a ausência dos supervisores quanto a falta de orientação, acompanhamento e de *feedback* referente às suas atividades. Já a crítica feita por Murari e Helal (2010) vai ao encontro do que é elencado na segunda subcategoria deste tópico, no que diz respeito à pouca importância dada à supervisão técnica pela organização, visto que os autores constatam que parte das organizações analisadas, sobretudo as públicas, carecem de um planejamento para formação de competência funcional do estagiário. Os autores ainda acrescentam à discussão que “quando não há o treinamento por parte da empresa, geralmente, o estágio não alcança os fins desejados” (2010, p. 277) contribuindo, portanto, para o insucesso da experiência de estágio do discente.

Condições de trabalho

As condições de trabalho são outro aspecto que desponta nos artigos estudados, visto que situações desfavoráveis, como jornada de estágio inadequada,

clima organizacional hostil, ambiente físico inapropriado e exigência de experiência profissional para ocupar a vaga de estágio, configuraram circunstâncias precárias vividas pelos estagiários de administração. Dos trabalhos analisados, Costa e Monte (2023), Polzin e Bernardim (2018) e Murar e Helal (2010) apontam resultados que apresentam tais precariedades.

A redução da carga horária do estágio em, pelo menos, metade nos dias de atividade avaliativa é garantida pela lei do estágio (Brasil, 2008) em seu Art. 10, §2º, que versa sobre a regularização da jornada da atividade. No entanto, Costa e Monte (2023) apresentam resultados que mostram práticas contrárias ao dispositivo legal, indicando que para 52% dos estudantes a redução da jornada não foi concedida. Portanto, embora a legislação estabeleça parâmetros para a jornada de estágio, a realidade vivenciada por muitos estudantes ainda é distante do ideal.

Também, Costa e Monte (2023) coletaram depoimentos de estudantes que relataram realizar o estágio em condições inadequadas. As falas dos estagiários evidenciam as dificuldades enfrentadas, como a necessidade de desenvolver atividades em ambientes barulhentos e desconfortáveis, o isolamento sem acesso a outros setores e, igualmente relevante, a precariedade na infraestrutura física das instalações.

No que diz respeito ao clima organizacional, Polzin e Bernardim (2018, p. 94) relatam que “o clima organizacional não é razoavelmente favorável à realização dos estagiários no ambiente organizacional, visto que apenas 42% disseram ter se sentido valorizados na empresa e 25% alegaram ter sofrido algum tipo de discriminação na condição de estudante-estagiário/a”. Outra precariedade identificada no âmbito das condições de trabalho é revelada por Murari e Helal (2010), no que se refere a quantidade de exigências dos requisitos para preencher a vaga de estágio. Ou seja, antes mesmo do estudante de administração ocupar a vaga, as empresas desejam um perfil de estagiário que tenha experiência prévia, ou solicitam uma lista de exigências na seleção.

Considerando que o estagiário é um indivíduo que, apesar de estar em processo de formação profissional, muitas vezes possui as qualificações requeridas a profissionais graduados, portanto a jornada de estágio inadequada, a falta de estrutura física nas instalações, o clima organizacional desfavorável e a exigência de experiência prévia são fatores que contribuem para um ambiente de estágio que não cumpre seu papel educativo e formativo.

Gestão acadêmica dos processos de estágio

A gestão acadêmica dos processos de estágio, nas IES, tem atuação direta na formação dos discentes, pois o estágio é uma etapa importante para a integração do conhecimento teórico com a prática profissional. No entanto, com base em resultados dos estudos examinados (Oliveira; Piccinini, 2012; Souza et al., 2023; Kuazaqui; Volpato, 2013), observa-se que diversos desafios permeiam essa gestão, os quais podem impactar a qualidade da experiência do estudante.

A partir da análise dos trabalhos, as práticas de gestão das IES foram agrupadas em três subcategorias: a transferência do papel de gestão da universidade para organizações intermediárias, as melhorias necessárias na formação do discente e a falta de suporte das IES na identificação e oferta de oportunidades de estágio. A respeito da primeira categoria, Oliveira e Piccinini (2012) identificaram em sua pesquisa que as universidades passaram aos centros de integração o papel de acompanhamento e avaliação dos estágios, todavia a finalidade principal é a correta alocação e permanência desses estudantes no

mercado ao invés de um acompanhamento rigoroso orientado para o seu aprendizado, tratando esses estagiários como parte de um negócio. Os autores ainda afirmam que neste cenário surgem distorções em que os estágios assumem características de contratos temporários, os estudantes são explorados e não há cumprimento da legislação.

O maior desafio de qualquer IES é promover o aprendizado, pelos estudantes, de comportamentos e atitudes que sejam importantes para o mercado de trabalho. Isto é, o que é aprendido no curso deve ter aplicabilidade no mercado profissional (Kuazaqui, Volpato, 2013, p. 70). Nesta segunda categoria, os autores chamam atenção para a necessidade de as IES acompanharem as demandas do mercado de trabalho com a finalidade de que o discente esteja melhor preparado não somente durante a experiência de estágio, mas principalmente na sua formação. Souza et al. (2023) complementam a discursão sobre a gestão acadêmica ao criticarem a ausência de suporte das IES na identificação e oferta de oportunidade de estágio quando relatam em seu trabalho que a dificuldade de encontrar um lugar adequado para sua realização, pela ausência de parcerias entre instituição de ensino e empresas locais, dificultando a associação da teoria com a prática, são elementos que representam obstáculos enfrentados por parte dos estagiários na execução de suas atribuições.

Com base no exposto, acerca da análise das precariedades vividas por estagiários do curso de Administração, conforme os resultados dos estudos pesquisados, verifica-se que as precariedades são múltiplas e compreendem, praticamente, todas as dimensões da experiência de estágio, configurando um cenário de fragilidade sistêmica na formação prática. As dificuldades vão desde a desconexão entre teoria e prática, desvio de função, ausência ou deficiência nas supervisões acadêmica e técnica, até condições de trabalho inadequadas e falhas na gestão acadêmica das instituições de ensino superior. Essas precariedades não se restringem a uma única esfera, mas atravessam tanto o ambiente acadêmico quanto o organizacional, resultando em um estágio que, muitas vezes, não cumpre sua função formativa.

Os estudantes relatam executar tarefas alheias à sua área de formação, são pouco acompanhados por professores ou supervisores técnicos, enfrentam jornadas exaustivas, ambientes pouco receptivos e infraestrutura precária, além de não receberem o apoio necessário das universidades para acessar oportunidades condizentes com sua formação. Esses desafios destacam a necessidade urgente de políticas mais eficazes que garantam condições de trabalho adequadas e o devido respeito e importância à função do estágio como um processo de aprendizado e inserção profissional.

5. Conclusão e Contribuições

Considerando o objetivo deste estudo, que consiste em identificar, por meio de uma revisão da literatura, as precariedades vivenciadas por estudantes do curso de Administração durante o estágio em organizações do trabalho, foi possível constatar que tais precariedades comprometem a finalidade educativa e formativa do estágio. Em vez de constituir-se como uma ferramenta de qualificação aglutinadora, juntando o conhecimento acadêmico e a prática profissional, o estágio, em muitos casos, tem se configurado como uma inserção desregulada e desprotegida no mercado de trabalho. Os resultados dos estudos apontam para situações recorrentes de desvio de função, ausência ou fragilidade nas supervisões acadêmica e técnica, condições laborais inadequadas e falhas estruturais na gestão acadêmica por parte

das instituições de ensino superior. Como consequência, observa-se o esvaziamento do estágio como espaço de aprendizado significativo, o comprometimento da formação integral do estudante, a fragilização da identidade profissional em construção e o enfraquecimento do elo entre universidade e sociedade.

A presente pesquisa oferece contribuições acerca da precarização experienciadas por estudante de administração no exercício do seu estágio, ao evidenciar a importância da satisfação dos discentes com a experiência do estágio curricular. A partir da articulação entre aportes teóricos com os relatos e achados empíricos da literatura analisada, o estudo avança na compreensão dos desafios enfrentados por estagiários e destaca a necessidade de revisão crítica das práticas institucionais e organizacionais associadas ao estágio. Os resultados obtidos fornecem subsídios para que IES e organizações do trabalho repensem suas práticas e cumpram suas responsabilidades educacionais, no intuito de promover ações conjuntas que assegurem a qualidade da formação prática, o cumprimento da legislação vigente e o respeito ao estágio como espaço de formação ética, técnica e, não menos importante, cidadã.

Ressalta-se, entretanto, que este estudo apresenta como limitação a restrição da análise exclusivamente a artigos nacionais, o que pode reduzir a abrangência das conclusões. Além disso, por se tratar de uma revisão da literatura, não foi possível captar de forma direta as percepções dos estudantes de administração em situação de estágio, aspecto que pode ser aprofundado em investigações futuras.

Como encaminhamento para futuras pesquisas, recomenda-se a realização de estudos empíricos de abordagem qualitativa ou quantitativa que envolvam diretamente estudantes, professores e supervisores de estágio, a fim de se aprofundar a compreensão das vivências e percepções dos diferentes atores envolvidos nesse processo. Além disso, propõe-se a investigação de experiências de integração entre teoria e prática, bem como de práticas institucionais que possam servir como referência para a superação das precariedades identificadas. Estudos comparativos entre cursos ou entre instituições públicas e privadas também podem contribuir para o aprimoramento das políticas de estágio e para a construção de diretrizes mais efetivas de acompanhamento, avaliação e suporte aos estudantes em formação.

Referências

ARAÚJO, Saulo Henrique Santos de. **O estágio e a formação de administradores: um estudo de caso na Universidade de Brasília**. 2017. 67f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Federal de Brasília, Brasília, DF, 2017.

BRASIL, Resolução CNE. CES nº 5, de 14 de outubro de 2021. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração**.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 set. 2008.

COLOMBO, Irineu Mario; BALLÃO, Carmen Mazepa. Histórico e aplicação da legislação de estágio no Brasil. **Educar em Revista**, p. 171-186, 2014.

DA SILVA, Cláudia Sampaio Corrêa; COELHO, Paola Braga Meyer; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. Relações entre experiências de estágio e indicadores de desenvolvimento de carreira em universitários. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 14, n. 1, p. 35-46, 2013.

DE SOUZA, Francisco Wenderson Marcelino et al. Estágio supervisionado e formação profissional: análise das expectativas e satisfação dos egressos e discentes de cursos de Administração. **Administração: Ensino e Pesquisa**, *[S. l.]*, v. 24, n. 3, 2023.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão Sistemática da Literatura: Conceituação, Produção e Publicação. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 6, n. 1, p. 57–73, 2019.

GOMES, Aline Fonseca; TEIXEIRA, Antônio Samuel Souza. Estágio supervisionado e aprendizagem: Contribuição do estágio do graduando de administração para a formação profissional. **Revista de Carreiras e Pessoas**, v. 6, n. 3, 2016.

GONZAGA, Jaqueline Cristina Romero; DE OLIVEIRA, Josiane Silva; CHAGAS, Priscilla Borgonhoni. Representações sociais dos estudantes de administração sobre os estágios não-obrigatórios: um estudo na universidade estadual de Maringá. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 16, n. 3, p. 477-511, 2015.

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz; ALMEIDA, Mariana Eugenio. Os jovens e o mercado de trabalho: evolução e desafios da política de emprego no Brasil. **Temas de Administração Pública**, v. 8, n. 2, 2013.

KUAZAQUI, Edmir; VOLPATO, Luis Antonio. Empregabilidade, empreendedorismo e estágio supervisionado. **Revista de Carreiras e Pessoas**, v. 3, n. 1, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. **A Prática da Supervisão no Estágio**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

LOURENÇO, Mariane Lemos; LEMOS, Iomara Scandelari; JUNIOR, José Eduardo Pécora. Desafios e possibilidades no estágio supervisionado obrigatório: a visão dos estudantes do Curso de Administração. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 13, n. 3, p. 559-596, 2012.

MEDEIROS, Cintia Rodrigues de O. A Relação Teoria e Prática no Estágio Supervisionado do Curso de Administração. **FACEF Pesquisa**, Brasília, v. 1, n.1, p. 61-70, 2002.

MURARI, Juliana de Melo Franco; HELAL, Diogo Henrique. O estágio e a formação de competências profissionais em estudantes de Administração. **Gestão & Planejamento**, v. 10, n. 2, 2010.

PIMENTA, Selma Garrido. Supervisão de estágio: fundamentos e práticas do estágio supervisionado. **Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade**; Universidade Católica de Brasília, 2019, p.19-50.

POLZIN, Fernanda Ribeiro; BERNARDIM, Marcio Luiz. Estágio não obrigatório: um estudo com universitários do curso de administração. **Diálogo**, n. 37, p. 83-97, 2018.

ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei; PICCININI, Valmiria Carolina. Uma análise sobre a inserção profissional de estudantes de administração no Brasil. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 13, p. 44-75, 2012.

ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei; PICCININI, Valmiria. A construção do mercado de estágios em administração na cidade de Porto Alegre. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 6, n. 4, p. 29-48, 2012.

RODRIGUES, E. F.; CORRÊA, F. R.; MACIEL, M. S. D. Estágio Supervisionado em administração – diagnóstico e oportunidades em uma IES no Rio de Janeiro. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 1413–1432, 2023.

SENA, Samille Carinne da Silva; CAVALCANTI, Sara Luana Sátiro; OLIVEIRA, Rita Patrícia Almeida de. Uma Análise Sobre a Atuação do Estagiário Na Empresa. **Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - PERNAMBUCO**, *[S. l.]*, v. 2, n. 2, p. 53–60, 2015.

DA COSTA, Carlos Everaldo Silva; BELTRÃO, Ana Catharina Carvalho; DA SILVA MONTE, Madson Bruno. Assédio moral no estágio: a perspectiva de graduandos do curso de Administração. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, [S. l.], v. 20, n. 36, p. 129-150, 2023.

SILVA, Haíla Ivanilda; GASPAR, Mônica. Estágio supervisionado: a relação teoria e prática reflexiva na formação de professores do curso de Licenciatura em Pedagogia. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, v. 99, n. 251, p. 205-221, 2018.

TREVISAN, Marcelo; WITTMANN, Milton Luiz. Estágios extracurriculares e a formação de administradores. **XVI Enanpad, Salvador**, 2002.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO (TST). **Função exercida pelo estagiário**. 2019. Disponível em: www.tst.jus.br. Acesso em: 28 dez. 2024.

VALERIANO, Maya Damasceno. Estágio precarizado. **Anais. VI colóquio Internacional Marx e Engels–CEMARX**. Campinas, 2009.

VARGAS, Francisco Beckenkamp. Trabalho, emprego, precariedade: dimensões conceituais em debate. **Caderno CrH**, v. 29, n. 77, p. 313-331, 2016.

VOESE, Simone Bernardes. Contabilidade por Atividades nos processos da gestão acadêmica nas instituições de educação superior privadas. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 168, p. 50-61, 2012.